



**PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E ATUAIS SOBRE O GÊNERO FEMININO E A
DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
CONTEXTUALIZANDO COM A SÉRIE ANNE COM “E”**

Jessica Nayane Marques Matias
jnayane6@gmail.com

Resumo: A docência na educação infantil é uma área predominantemente ocupada por mulheres. No entanto, é necessário entender como e por que tal fato se consolida. Para tanto, o objetivo deste artigo é analisar e discutir como a formação histórica e social da infância e da mulher refletem na atuação docente na educação infantil através de uma revisão de literatura, revisão esta que contempla teóricos tais como, Simone de Beauvoir, Karl Marx, Froebel, dentre outros, além de, analisar alguns recortes dos episódios da série Anne Com “E” disponível na Netflix. Dito isto, os resultados nesse estudo, de maneira crítica, nos permite refletir sobre o papel da mulher, como professora da educação infantil, e porque esse lugar é privilegio das mesma até os dias atuais.

Palavras chave: Mulher. Educação infantil. Construções históricas sociais.

**HISTORICAL AND CURRENT PERSPECTIVES ON THE FEMALE GENDER AND THE
SEXUAL DIVISION OF WORK IN CHILD EDUCATION: CONTEXTUALIZING WITH
THE ANNE SERIES WITH “E”**

Abstract: Teaching in early childhood education is an area predominantly occupied by women. However, it is necessary to understand how and why this fact is consolidated. Therefore, the objective of this article is to analyze and discuss how the historical and social formation of children and women reflects in the teaching performance in early childhood education through a literature review, a review that includes theorists such as Simone de Beauvoir, Karl Marx, Froebel, among others, in addition to analyzing some clippings of the episodes of the series Anne With “E” available on Netflix. That said, the results of this study, in a critical way, allow us to reflect on the role of women, as teachers of early childhood education, and why this place is their privilege to this day.

1 INTRODUÇÃO

Até o período do século XII, a arte medieval tinha como desconhecida a infância. Mais provavelmente a criança ainda não havia um lugar de atenção nessa época. Muitas vezes quando

elas recebiam representações em pinturas, não eram levados em consideração os seus traços e suas características físicas, pelo contrário, eram retratados na figura de adultos em miniaturas. Foi somente por volta do século XIII que algumas ideias do corpo infantil foram surgindo e se aprimorando.

Semelhante ao processo de percepção da infância e de suas características próprias, as mulheres também têm uma trajetória marcada até os dias de hoje pelos traços culturais e históricos que a cercam. Um exemplo disto é na docência, especificamente na educação infantil, onde percebe-se que é uma área predominantemente ocupada por mulheres. Visto que, a educação de crianças menores era tida, e ainda é, como um dom característico das mesmas, por existir a associação entre a maternidade e o educar.

Podemos perceber tais constatações em alguns teóricos renomados quanto ao assunto educação infantil, como Froebel (ARCE, 2002), que acreditava que as mães eram portadoras de dons naturais para a educação das crianças, auxiliando assim, para que o papel da mulher, por ser passível da maternidade, seja também educadora de crianças pequenas e contribuindo para a reverberação da divisão sexual do trabalho.

Atualmente no Brasil, as mulheres representam quase a totalidade de profissionais atuando na educação infantil. Lugarine (2018) constata que dos 320.321 profissionais de educação infantil, cerca de 304.128 são mulheres e apenas 16.193 são homens. Tais dados revelam o quanto esse padrão da divisão sexual do trabalho ainda se faz presente nos dias atuais.

Essa questão vem sendo debatida por diversos teóricos, com opiniões que divergem e convergem. Dentre eles, interpretados por estudiosos, podemos citar alguns que irão embasar o nosso estudo como: Simone de Beauvoir (SEUS, 2019); Froebel (ARCE,2002) e Karl Marx (VIANA, 2003). Em consonância, ao que foi supracitado, iremos também fazer alusão a série Anne With “E” (2017).

Com isso, o referido estudo se faz importante pois, embora exista muitos avanços sociais em relação aos paradigmas da profissão, ainda se é pouco discutido o porquê dessa área ser ocupada predominantemente por mulheres, em específico no ensino de crianças de 0- a 6 anos. Em concordância com tudo que foi falado, buscou-se realizar uma revisão de literatura a respeito do viés histórico social dessa construção do feminino ligada à docência por dom e sacerdócio e não como uma profissão concebida para ambos os sexos.

Desta forma, a seguinte pesquisa caracteriza-se como sendo um estudo de cunho bibliográfico, pois, seus dados foram obtidos a partir de leituras das literaturas disponíveis sobre a temática. Buscou-se também interpretar conceitos, segundo teorias, tendo como objetivo desvendar suas motivações e seus porquês, de propor explicações de modo interpretativo e não quantitativo, o que implica em uma abordagem qualitativa, muito utilizada nas ciências humanas e sociais. Nesse caso este artigo encontra-se dividido em três seções: a primeira refere-se a concepções históricas da filósofa Simone de Beauvoir, a segunda trata-se das ideias de Froebel e por último a terceira seção faz uma análise sociológica desse fenômeno pelas teorias marxistas.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL DA MULHER NA DOCÊNCIA: CONTEXTO HISTÓRICO.

Até o período do século XII a arte medieval tinha como desconhecida a infância. Mais provavelmente é que, para a criança, ainda não havia lugar nessa época. Muitas vezes quando as crianças recebiam representações em pinturas, não eram levados em consideração os seus traços e suas características físicas, pelo contrário, eram retratados na figura de adultos em miniaturas.

Foi somente por volta do o século XIII que algumas ideias do corpo infantil foram surgindo. A primeira figura foi a de um anjo, que representavam as crianças pequenas que já ajudavam na missa, ainda não tínhamos uma representação fiel e clara sobre a infância, mas um avanço era que esses sujeitos não eram mais retratados apenas em uma miniatura de um adulto, os traços no rosto já estavam mais arredondados e com um ar de feminilidade.

Um segundo modelo de criança surgiu com o menino Jesus, ou a nossa senhora menina. De início a imagem de Jesus ainda se parecia muito com um adulto, só que em tamanho reduzido. Vemos surgir então a terceira prefiguração da infância na fase gótica: a criança era retratada nua.

No grupo formado por Jesus e sua mãe, o artista sublinharia os aspectos graciosos, ternos e ingênuos da primeira infância; a criança procurando o seio da mãe ou preparando-se para beijá-la ou acariciá-la; a criança brincando com os brinquedos tradicionais da infância, com um pássaro amarrado ou uma fruta; a criança comendo seu mingau; a criança sendo enrolada em seus cueiros. [...]Enquanto a origem dos temas do anjo, das infâncias santas e de suas posteriores evoluções iconográficas remontava ao século XIII, no século XV surgiram dois tipos novos de representação da infância: o retrato e o putto [...] (ARIES, 1981, p.42,43,44.)

No século XVI as crianças ainda não eram retratadas de forma real, como elas eram de verdade. Em suas efígies não ficavam junto dos túmulos de seus parentes, mas de seus professores. A partir disso podemos perceber o quanto a infância era uma fase da vida totalmente negligenciada e descartada facilmente. Aries (1981, p. 45) diz que “A criança era tão insignificante, tão mal entrada na vida, que não se temia que após a morte ela voltasse para importunar os vivos.”

Diante disso, podemos afirmar que a descoberta da infância começou no século XIII, e teve como pico evolutivo os séculos XV e XVI. No entanto, houve um grande número dessa descoberta no final do século XVI e durante o século XVII. Foi neste último século, que as crianças deixaram de se vestir como adultos e passaram a ter vestimentas adequadas para sua própria idade. Porém essa separação aconteceu somente para os meninos, as meninas, continuavam a se vestir como mulheres mais velhas.

E é por isso, que se considera que a ideia de infância é uma ideia moderna. Este fato se deu a partir de alguns fatores decisivos como a criação de instâncias públicas como a escola. Foi neste momento que houve uma separação da vida do trabalho entre crianças e adultos. Outro aspecto a ser destacado foi a administração simbólica da infância, onde lugares, comidas começaram a ser restritos para as crianças entre o que pode e o que não pode.

É dessa forma, com o passar dos séculos, que podemos perceber uma história de estigmas e controvérsias que foram impostas sobre as infâncias. Dado tais requisitos, e tendo a criança como um ser incapaz de cuidar de si mesmo, entra no cenário o papel da mulher, como ama, como mãe, como educadora. A história das mulheres e sua desvinculação da educação infantil com seu “papel” reprodutor é tanto quanto exaustivo e depreciativo quanto das crianças. Rousseau (1992 apud ACER, p. 170, 2001) disse que “[...] A educação primária é a que mais importa, e essa primeira educação cabe incontestavelmente às mulheres [...]”.

2.1 As construções históricas e sociais sobre o gênero feminino na perspectiva de Simone de Beauvoir contextualizando com a série Anne com “E”.

Segundo Seus (2019), Simone de Beauvoir em sua obra “A Moral da Ambiguidade” (1970), reitera as ideias existencialistas de Sartre. A filósofa intensifica este debate discorrendo que tendo uma existência ambígua o homem ao fazer-se existir desfruta de uma liberdade de ser aquilo que quiser ser. O mesmo passa a constituir-se dono de sua própria história e

liberdade, desejando os mesmos ideias aos demais seres humanos, este é denominado como homem autêntico.

Diferentemente, continua Seus (2019) aquele que prefere viver valores já existentes, determinados historicamente, é conhecido como sub homem ou homem inautêntico. Neste caso, as mulheres são infringidas por esta consequência dentro da sociedade. Não negando sua existência e nem sua liberdade, elas são impedidas de serem “autênticas” pelos agentes opressores que tentam manter um ideal de sociedade no qual as mulheres estão subjugadas pelo patriarcalismo.

Posteriormente, Beauvoir traz um questionamento do que venha a ser “mulher” em seu livro “O segundo sexo” (1980). A filósofa faz este percurso em busca dessa resposta em diferentes aspectos sociais, econômicos, culturais, biológicos e filosóficos. No entanto, dando seguimento ao modelo existencialista, durante muito tempo os homens foram considerados modelos vivos do ser humano concreto e absoluto. Assim sendo, a constituição da mulher e seu modo de vida era imposto por esse ser o ideal masculino.

O homem ao conceber a si mesmo como sujeito ordenador do mundo, determina o que a mulher pode vir a ser através do que julga correto e útil. A mulher enquanto o segundo sexo é considerada o Outro cujas características são erros e carências, sendo muitas vezes descrita como um ser humano incompleto e ressentido. Ela é o Outro que, movido de forma subjetiva pelos hormônios de seu corpo, sempre recai no erro. (SEUS, 2019 p.21)

Desta forma, seguindo um modelo prescrito para ela, e não por ela, as mulheres eram vistas apenas como reprodutoras, nascidas com características inerentes aos cuidados com o lar, filhos e marido, quando casadas. Solteira, ela estava sob dominação do seu pai, não podendo se envolver em negócios, ter empregos ou usufruir de sua liberdade como ser, estando sempre em segundo plano, abaixo dos homens assim é a figura do gênero feminino durante alguns séculos atrás e que Simone de Beauvoir tenta desmitificar em seu livro.

Em uma adaptação realizada pela escritora Moira Walley-Beckett, do livro [Anne de Green Gables](#) de [Lucy Maud Montgomery](#), a serie canadense disponível na Netflix “Anne with an e” é retratada na mesma época que o livro foi escrito, nos anos de 1908. Além de outros assuntos, exhibe a condição da mulher, em consonância com que já foi e será discutido neste estudo. Recatada e comprometida com o lar, tendo como sina a vida doméstica e o silêncio em um mundo constituído por homens, essa é a situação de muitas personagens da série.

Um desses exemplos é o da personagem Prissy Andrews interpretada pela atriz [Ella Jonas Farlinger](#). Na 3ª temporada no episódio 7 chamado: Esforço pelo bem. Uma das personagens deseja ajudar seu pai e seu irmão nos negócios da família, a mesma faz um projeto e leva para seu pai ver, com hostilidade, ele faz pouco caso de sua fala, argumentando que “não era algo que ela deveria se preocupar” e que “uma mulher nunca teria autoridade para comandar uma empresa como a nossa” (ANNE WITH AN E, 2019). Este é um dos poucos exemplos e abordagens que a série traz sobre as questões relacionadas às desigualdades de gênero.

E embora vivendo tais emblemas, em toda a série a personagem principal Enne Shirley vivida por Amybeth McNulty luta pelos seus ideais como mulher, em busca de uma sociedade mais justa e igual em direitos entre os sexos, pretos e brancos, pobres e ricos. Leitora nata e com uma visão de mundo muito à frente do seu tempo, para defender uma amiga que sofreu abuso, Anne escreveu um artigo para o jornal de sua escola, e entre alguns trechos afirma:

Mulheres têm valor sozinhas, não só associadas a um homem. Todas nós temos o direito de autonomia física de sermos tratadas com respeito e dignidade de dizer não e sermos atendidas, em vez de coitadas e ridicularizadas, e de ouvirmos que um homem sabe mais dos nossos direitos e desejos do que nós. Mulheres não se tornam completas com um homem, mulheres são completas quando chegam ao mundo. (ANNE WITH AN E, 2017).

E embora tenha existido muitas mulheres como Anne, na ficção ou não, estas sempre estiveram presas as concepções daquilo que criaram sobre elas e sem muita demora essa visão “fantasiosa” sobre as mesmas tendo-as como “perfeitas” cuidadoras do lar, dos filhos e do marido, surgiu também dogmas de que, dotada biologicamente, e até muitas vezes espiritualmente de relações de cuidado sob as crianças, somente elas, as mulheres, poderiam ser capazes de tomar conta da educação dos pequenos.

Jules Michelet (1985) um dos intelectuais mais destacados e renomados da Europa durante o século XIX “referenda e divulga o ideal burguês e religioso para a mulher daquela época: mãe/esposa zelosa.” (*apud* ARCE, 2002, p.110). Além dele podemos citar também Friedrich Froebel (ARCE, 2002) que embora tenha-se a informação de que sua vida se passou durante um período chamado de a era das revoluções, suas concepções e conclusões auxiliaram para imputar na mulher o papel de educadora das crianças pequenas como forma de dom e sacerdócio.

Não desconsiderando todo seu arcabouço no que se refere à educação infantil e suas contribuições para com a crianças, acrescenta-se ao mesmo, o fardo de suas ideias pragmáticas a respeito das mulheres.

As mulheres, possuidoras da capacidade biológica da maternidade, possuíam o amor na forma mais pura, sendo as únicas naturalmente aptas para educar com liberdade e amor, respeitando o desenvolvimento natural da criança, pois assim elas já o faziam há séculos em seus lares. (ARCE, 2002, p.114).

Para Froebel somente as mulheres teriam a capacidade de cuidar das crianças pois, dotada biologicamente para isso as mesmas, possuídas de amor e ternura, seriam “naturalmente aptas” para educar, pois desde de muito antes já demonstravam seus reflexos de cuidados dentro dos seus lares. O teórico idealizou um lugar para as crianças aprenderem chamado de jardim de infância, as cuidadoras por sua vez, seriam reconhecidas como jardineiras. “Este recanto deveria ser entregue às mulheres, as quais, com coração de mãe, seriam as únicas capazes de cultivar nas criancinhas todos os seus talentos e todos os germes da perfeição humana unida a Deus. (ARCE, 2002, p.116).

Essas relações criadas e desenvolvidas ao longo dos séculos a respeito do papel da mulher na sociedade e no mercado de trabalho no que se refere aos profissionais da educação, especificamente na educação infantil se desdobram até os dias de hoje, pois a educação de crianças de 0 a 6 ainda é um campo de predominância feminina, tendo a presença de homens na função de estagiário, ou apoio de classe, raramente este vai ocupar o lugar de professor regente em uma turma da educação infantil.

A sociedade supõe que a mulher quando professora tem a obrigação de lecionar por vocacionado, um chamado utópico para a educação das crianças, como no passado onde o papel da mulher no lar era educar os filhos. Tendo em vista tal pensamento pressupõe que a sociedade imagina que a mulher tenha esse dever cívico de educar as crianças como se fossem seus filhos. (BASTOS, 2018, p.12).

Bastos destaca que “[...] Ser professora não é um chamado e sim uma profissão como outra qualquer [...]” (BASTOS, 2018, p.12). Essa deve ou deveria ser a visão contemporânea a respeito da mulher ou do homem atuando na educação infantil. A mulher pode sim ser professora, como pode ser arquiteta, médica, engenheira, técnica em computadores, donas de casa, esposas, mães, e tudo quanto mais ela desejar ser, porém a ela não se deve se atribuir indevidamente dogmas inatos, como se à mulher coubesse apenas uma atividade X porque ela “nasceu com esse dom” ou suas características biológicas a levam para o exercício de tal tarefa.

Sim, é necessário se ter um vocacionado para toda e qualquer profissão a ser escolhida, mas à mulher não cabe ser professora da educação infantil apenas por ser mulher, e sim encarnando o fato de ser mulher em toda e qualquer outra profissão. Monteiro e Altmann (2014) ressalta que “A educação de crianças pequenas é associada ao âmbito do trabalho doméstico e à esfera reprodutiva, sendo, dessa forma, naturalizada como área de atuação feminina”. (MONTEIRO, ALTMANN, 2014, p. 723). E para desnaturalizar este fenômeno é necessário primeiro que entendamos o quanto o mesmo é naturalizado em nosso cotidiano.

3 A NATURALIZAÇÃO DO HISTÓRICO EM KARL MARX E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: NATURAL OU NATURALIZADO?

Pautado em ideias marxistas sobre as relações de trabalho em um modo de produção capitalista, Duarte (2000) interpreta que existem relações sociais, capitalistas, tidas como alienantes, as mesmas assumem um papel de mistificação, pois são vistas como um fator natural. O autor ainda afirma que essa naturalização dos fenômenos sociais ocorrem de maneira implícita, de modo que dificulta o processo de percepção e análise crítica desses fenômenos e que por se tratar de alienações ideológicas, os homens têm o “poder” de transformar algo criado por si próprio em algo criado pela natureza, diminuindo as possibilidades do oprimido de transformar, de mover-se de tal situação.

Na perspectiva de Viana (2013) a naturalização é “[...] uma determinada representação, explicação ou entendimento de uma determinada realidade [...] só existe naturalização do que é histórico e social[...]” (VIANA, 2013, p.72). Dessa maneira cabe a nós percebermos o quanto o papel da mulher na sociedade foi construído historicamente e socialmente, e entender que se nos dias atuais existe essa distinção de trabalhos entre homens e mulheres, segundo suas características biológicas, ou diante de ideias criadas e construídas historicamente, como já vimos acima, então estamos diante de uma naturalização de um fenômeno social.

A naturalização significa dizer que a desigualdade social entre homens e mulheres, classes sociais, jovens e adultos, é natural, ao invés de ser o que é: social e histórica. Essa desigualdade a que nos referimos é social, pois, se os homens recebem maiores salários do que as mulheres, isso se deve a um processo social e histórico de opressão das mulheres. (VIANA, 2013, p. 72).

Diante dos fatos já apresentados anteriormente pode-se tirar a conclusão de que todos os papéis designados para as mulheres, seja nos tempos atuais ou em alguns séculos anteriores, foram papéis historicamente, culturalmente e socialmente construídos, e muitas vezes sem o consentimento ou aprovação das envolvidas. A história das mulheres é uma história de rótulos

desde seu nascimento, e embora atualmente as mulheres já tenham ganhado mais espaços no mundo social se envolvendo ativamente nos negócios e exercendo profissões que a muito tempo eram consideradas para homens, não é fácil desconstruir todo um processo de identidade e de conceitos lançados sobre elas.

Por tais conceitos sempre permearam a nossa sociedade as pessoas têm a impressão de que sempre foi assim, tomam algo como natural sendo que todo o processo foi naturalizado. Viana (2013) argumenta que o mero ato de constatação de algo não significa naturalizá-la, no caso das mulheres, tirar a conclusão de que as elas, por conseguinte, representam um maior número no que se refere à docência na educação infantil não é naturalizar, assim seria se por cima desta constatação fosse dito que a participação das mulheres como professoras na educação infantil era maior porque as mesmas possuem um dom natural para cuidar de crianças.

Por isso, para adentrarmos no processo de desnaturalização é preciso entendermos que os processos de naturalização não são produtos do pensamento humano, se assim fosse desnaturalizar algum fenômeno seria fácil, era só fingir que ele não existe.

Daí a necessidade de percepção de que a naturalização não é um produto do puro pensamento e sim um produto de um pensamento, ele mesmo histórico e social, sobre uma realidade histórica e social realmente existente. (VIANA, 2013, p.75).

Para desnaturalizar um fenômeno é preciso considerar suas duas formas de negação. A primeira diz respeito a negação teórica, atrás de críticas radicais por meio de fundamentações, argumentações revelando seu caráter histórico social, no caso deste artigo, que tenta apresentar análises teóricas das construções da mulher e como isso implica na sua formação docente como forma de dom ou inatismo. Sobre a negação teórica Viana (2013) diz:

Ela é fundamental por revelar o que estava oculto, colocar que a exploração de uma classe sobre outra não é eterna, imutável, imanente, e sim algo que surgiu e pode deixar de existir, algo histórico, social. Ao fazer isso, permite o avanço da consciência e da necessidade de superação dessa realidade existente. (VIANA, 2013, p.75).

Já a segunda, negação prática é quando há uma desvinculação das relações criadas socialmente e naturalizadas por ideologias e representações ilusórias. “A negação teórica da naturalização é a sua crítica e a negação prática é sua superação concreta, real.” (VIANA, 2013, p. 76). E embora as atitudes individuais sejam um bom começo para esse processo de desnaturalização, a autora reconhece que somente isto não é suficiente, para que haja uma

mudança por exemplo nas desigualdades de gênero é necessário que se tenha uma abolição de tudo que lhe causa opressão. Fala-se de mudanças radicais na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tanto, através das análises e discussões das literaturas e teorias envolvidas nesta temática, dando ênfase na perspectiva histórica do surgimento da figura feminina como professora de crianças pequenas, bem como, as possíveis contestações diante do conceito de naturalização dos fenômenos em Marx, foi possível problematizar e desnaturalizar fenômenos quanto a divisão sexual do trabalho na educação infantil. Por meio de estudos, referidos aqui nesta pesquisa, ficou clara a construção social e histórica da mulher como professora dos alunos de 0 a 6 anos de idade por causa de sua condição biológica no quesito maternidade.

Constatamos também suas limitações quanto à obtenção de dados empíricos que enriqueceriam nosso estudo. Em contrapartida, iniciamos uma problemática em relação à docência feminina e seus paradigmas de dons e aptidões, sacerdócio e vocação. A docência, na educação infantil, é um espaço propício para profissionais pedagogos, independente de sexo. Ao mantermos somente as mulheres nos primeiros anos da escolaridade da criança, reforçamos os estigmas e ditames de gênero e sexo que permeiam nossa sociedade até os dias atuais.

Por isso, este estudo abre caminhos para que se possa contestar os papéis de gênero dentro do mercado de trabalho, principalmente na educação. Deve-se compreender, também, que durante muito tempo a infância era um conceito inexistente, e as crianças aos poucos foram ganhando seus espaços, e que hoje as mesmas, possuem direitos quanto a escolarização e sua formação como ser integral. E essa formação não pode então estar vinculada ao sujeito feminino somente por méritos de maternidade e dom. Como se coubesse apenas às crianças um adulto que cumpra seu papel assistencial. Aos pequenos da educação infantil lhes cabem profissionais, pedagogos, que sejam homens ou mulheres, formados e aptos para compreender as necessidades educacionais, psicossociais e culturais dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ANNE with an e (Temporada 3, ep. 7). Direção: Niki Caro et al. Produção: PENCIER. M; MURDOCH.S. Produtora: CBC e Netflix (2017-2020).

ARCE, A. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cadernos de pesquisa**, n. 113, p. 167- 184, julho, 2001.

ARCE.A. Lina, uma criança exemplar! Friedrich Froebel e a pedagogia dos jardins-de-infância. **Revista brasileira de educação**. Maio-Ago. nº20, 2002.

ARIES, P. **História Social da Criança e da Família**. LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A Rio de Janeiro,1981.

BASTOS, F.S. PEDAGOGIA, A PROFISSÃO DA MULHER? 2018. 30 f. Trabalho de conclusão de curso. (Licenciado em Pedagogia) – **Faculdade Regional da Bahia - UNIRB/FARB**, Feira de Santana, 2018.

BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980

BEAUVOIR, S. **Moral da Ambigüidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

DUARTE, N. A crítica de Marx à naturalização do histórico. In: **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações pós modernas e neoliberais da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2000. p. 128-157.

LUGARINI, V. **Professoras são maioria no ensino básico, mas minoria na universidade**. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2018/03/08/professoras-sao-maioria-no-ensino-basico-mas-minoria-na-universidade/>. Acesso em 21 de Maio de 2020.

MONTEIRO, M.K; ALTMANN, H. HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OLHARES DE SUSPEITA E TENTATIVAS DE SEGREGAÇÃO. **Cadernos de pesquisa**. v.44 n.153 p.720-741 jul./set. 2014.

SEUS, B. S. **Simone de Beauvoir e a libertação da mulher**: do existencialismo sartriano à moral da ambigüidade. Porto Alegre, RS: Editora Fi,2019.

VIANA, N. Naturalização e desnaturalização: o dilema da negação prático crítica. **Revista Espaço Livre**. Vol. 8, num. 15, jan. jun./2013.